

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.308.287 - RS (2018/0141304-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **FATIMA ROZANI FLORES DA SILVA**
AGRAVANTE : **INEZ MARASCHIN**
AGRAVANTE : **IOLANDA BRIAO RODRIGUES**
AGRAVANTE : **LEILA DE MENDONCA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **MARCOS CEZAR FONSECA DE CASTRO**
AGRAVANTE : **MARIA HELENA DE BARROS**
AGRAVANTE : **MIRIAM DE FREITAS SOARES**
AGRAVANTE : **NEIVA MADEIRA YANZER**
AGRAVANTE : **PAULO RICARDO NICHELE RATKI**
AGRAVANTE : **SELMA ZANINI PFEIFFER**
AGRAVANTE : **TATIANA CATARINE BRAVO MARMONTEL**
AGRAVANTE : **VAUNILDE DE LIMA SAUCEDO**
AGRAVANTE : **VERA LUCIA PORTO DORNELLES**
ADVOGADO : **GILSON FINKLER E OUTRO(S) - RS0031346**
AGRAVADO : **ROSEMARY TURK FATTORI**
AGRAVADO : **JOAO RICARDO PAIM VARGAS**
ADVOGADO : **MARCELLUS TURK FATTORI - RS0105454**
INTERES. : **CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL CIDADE JARDIM SETOR D**
ADVOGADO : **JOSELIN GLÓRIA MARTINEZ SAMUEL DE GARCIA - RS070764**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo, interposto pelo FATIMA ROZANI FLORES DA SILVA E OUTROS, contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que inadmitiu o recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Não houve contrarrazões às e-STJ Fls. 1046.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão da ausência de negativa de prestação jurisdicional.

Nas razões do agravo em recurso especial, verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, deixando de impugnar de forma específica a incidência do apontado óbice.

Limitou-se o recorrente, entretanto, a tecer alegações meramente genéricas e a deduzir a inexistência de fundamentação do *decisum*, sequer podendo-se depreender de suas razões a matéria recursal. Absteve-se, assim, de impugnar, de forma específica e suficiente, os referidos fundamentos no caso concreto.

Saliente-se, nesse passo, que alegações genéricas são insuficientes para a efetiva impugnação da decisão que inadmitiu o recurso especial. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC/1973).

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (arts. 932, III, do CPC/2015 e 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973).

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 906.849/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 16/09/2016) - g.n.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC. 2. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Cabe ao agravante, nas razões do agravo, trazer

argumentos suficientes para contestar a decisão de inadmissibilidade do recurso especial proferida pelo Tribunal de origem. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada enseja o não conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, do CPC.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 821.544/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016) - g.n.

Destarte, a falta de ataque específico à decisão agravada acarreta o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o art. 932, inciso III, do CPC/2015 (art. 544 do CPC/1973), *in verbis*:

"Art. 932. Incumbe ao relator:

(...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Ainda a esse propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para sua negativa, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2015 e art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente a mera repetição das razões do recurso extremo e alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. Precedentes.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 920726/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 07/10/2016, grifei)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182 DO STJ. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA RELATIVA AO CONHECIMENTO DO RECURSO

ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. (...)

2. Os presentes embargos não reúnem as mínimas condições de serem

processados, pois o acórdão embargado não adentrou no exame do mérito da controvérsia.

3. Na realidade, para apreciar as alegações desenvolvidas pelos embargantes, seria necessária a prévia discussão sobre o acerto ou desacerto da regra técnica de conhecimento utilizada pelo relator do jurisprudência pacífica desta Corte de Justiça.

4. O recurso mostra-se manifestamente inadmissível, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 1% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º, do citado artigo de lei.

5. Agravo interno não conhecido, com aplicação de multa. (AgInt nos EAREsp 689337/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 21/09/2016, grifei)

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* está sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/2015).

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator